

Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis: uma abordagem de governança para redução do desmatamento nos municípios da Amazônia mato-grossense

KARLA SESSIN-DILASCIO¹; ANA PAULA VALDIONES²; IRENE DUARTE³

¹Mestrado, Alta Floresta/ MT, Instituto Centro de Vida, karla.dilascio@icv.org.br;

²ana.valdiones@icv.org.br; ³irene.duarte@icv.org.br

RESUMO

Na tentativa de frear o desmatamento da Amazônia Mato-grossense, o Instituto Centro de Vida auxiliou na mobilização de organizações da sociedade civil (OSC) do estado de Mato Grosso para a criação do Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis (PMS). PMS está apoiado em 3 eixos do programa: fortalecimento da gestão ambiental municipal, regularização socioambiental e fundiária, e fortalecimento das cadeias produtivas da agricultura familiar. Estas agendas prioritárias se basearam em casos concretos de municípios amazônicos que foram retirados da lista do Ministério do Meio Ambiente de municípios prioritários para a redução do desmatamento. Os esforços para a criação do PMS tiveram como intuito o fortalecimento da agenda socioambiental e a redução do desmatamento nos municípios da Amazônia Mato-grossense. Através da pesquisa-ação analistas do ICV analisaram o processo de formulação deste modelo de governança e seus resultados prévios quanto no fortalecimento da governança ambiental no estado Mato-grossense. O modelo de governança multinível do PMS pretendeu orquestrar a tomada de decisão entre as secretarias do estado (top-down) com as decisões locais (bottom-up) com foco nos 3 eixos listados. O PMS também inseriu arenas de discussão coletiva de decisão e negociação com o intuito de estreitar a relação e a tomada de decisão entre a esfera local e estadual (ponte de capital social). O modelo de governança multinível do PMS pretende trazer o governo local e estadual, sociedade civil e instituições numa arena de negociação coletiva para agenda socioambiental comum baseada nos três eixos do PMS.

Palavras-chave: Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis, governança multinível, desmatamento na Amazônia.

INTRODUÇÃO

A Amazônia Brasileira tem as maiores áreas florestadas do mundo sendo responsável pela disponibilização de altos níveis de serviços ecossistêmicos. No ano de agosto de 2014 a julho de 2015, Mato Grosso foi o segundo estado da Amazônia Legal com maior área desmatada em termos absolutos, correspondente a 1.508 km² de florestas desmatadas (PRODES/ INPE, 2015). Nas últimas duas décadas, o território se estabeleceu como fronteira agrícola em direção a ocupação de terras recém desmatadas para atender a demanda por *commodities* internacionais.

Na tentativa de inserir novas bases para o modelo de desenvolvimento de Mato Grosso, e inspirados pela experiência bem-sucedida do Estado do Pará (Municípios Verdes), organizações da sociedade civil (OSC), secretarias de estado e municípios se uniram para construir o Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis (PMS). Juntos, eles estabeleceram uma agenda socioambiental mínima para o estado, composta por 3 eixos básicos: (1) Fortalecimento da gestão ambiental municipal; (2) Regularização ambiental e regularização fundiárias; (3) Promoção de cadeias produtivas sustentáveis da agricultura familiar.

O estabelecimento de uma agenda socioambiental comum converge para um modelo de governança multiníveis. Na governança multinível são incluídas instituições, embebidas em diferentes sistemas de tomada de decisão que participam de arenas cooperativas onde acontece a negociação e discussão de agendas de interesse resultando em tomada de decisão coletiva (SCHRÖTER et al., 2014). Casos de governança multinível tem fortalecido pactos locais e regionais rumo a agendas ambientais comuns, resultando em melhorias na gestão de recursos ambientais (BASURTO, 2013; BISARO et al., 2010; BERKES, 2006). O estabelecimento de agendas claras e da cooperação entre diferentes instâncias de governo é importante para a viabilização de ações ambientais, como a redução do desmatamento (NEVES, 2014; NEVES, 2012). NEVES (2014), em análise dos municípios da Amazônia Legal que conseguiram sair da lista de municípios prioritários para redução do desmatamento (Decreto federal nº 6.321/ 2007), apresenta elementos similares aos três eixos do PMS.

Baseado no estudo de caso do PMS, este trabalho pretende responder a seguinte questão: quais os elementos do modelo de governança adotado pelo PMS que podem contribuir para o estreitamento das decisões entre governo local e estadual na agenda socioambiental?

MÉTODOS

Este trabalho foi uma procura de soluções através da pesquisa-ação, definida como “forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a

ação que se decide tomar para melhorar a prática” (TRIPP, 2005). A pesquisa-ação foi usada nos processos de negociação com reuniões entre OSC, governos municipais, secretarias de estado e oficinas e reuniões nos 5 Grupos de Trabalho do PMS. Junto a observação participante, a equipe analisou documentos como ata de reuniões, oficinas, leis e decretos estaduais e municipais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O PMS foi idealizado a partir da articulação entre ONGs socioambientais com atuação local na Amazônia mato-grossense e gestores públicos que desenvolviam projetos locais. A Figura 1 apresenta o histórico de implementação do PMS, a organização de suas bases, a institucionalização do programa pelo governo do estado, e o estabelecimento da estrutura de governança do PMS. Atualmente, o PMS é composto por mais de 53 municípios.

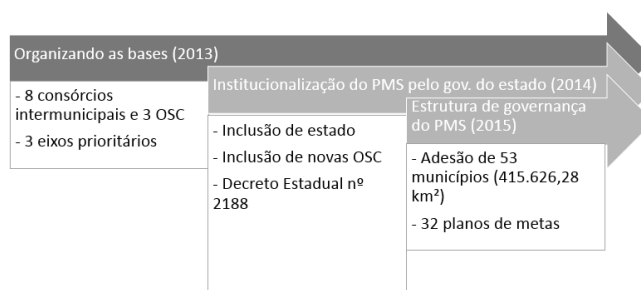


Figura 1. Processo histórico do PMS (Fonte: autores).

A governança do PMS segue o princípio de conectar as decisões dos governos locais (*bottom-up*) e estaduais (*top-down*) quanto as agendas socioambientais, em um processo de decisão coletiva entre governo e OSC (Figura 2). A estrutura de governança é composta por Comitê Gestor, Comitê Executivo e Grupos de Trabalho compostos por secretarias de estado, OSC e representantes do setor econômico, além da participação facultativa de instituições federais (ex. INCRA, MDA). Este arranjo compõe a Arena Estadual de Decisão coletiva do PMS (AED-PMS). O sistema de governança do AED-PMS pretende estreitar a relação entre as instituições participantes.

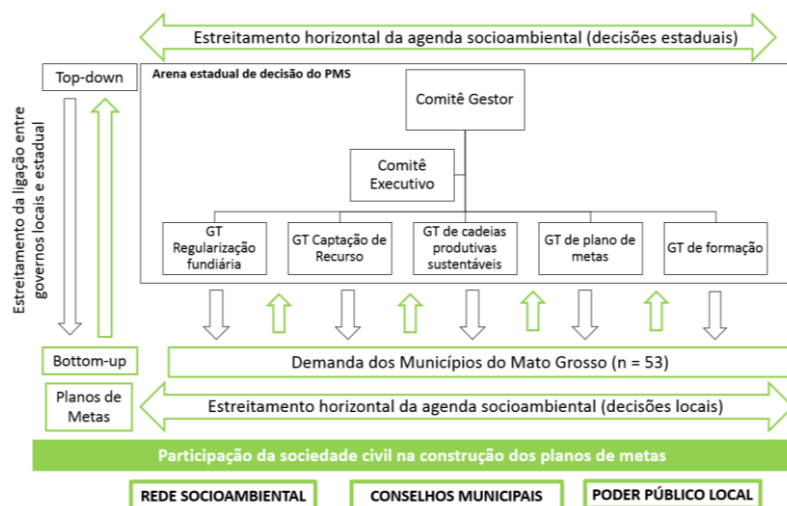


Figura 2. Modelo de governança do PMS (Fonte: elaborado pelos autores).

O estreitamento horizontal das agendas socioambiental deu-se, no nível estadual, através da tomada de decisão coletiva entre as secretarias de estado e instituições da OSC, e no nível local através das arenas de tomada de decisão para o estabelecimento do plano de metas. A ligação entre as escalas locais (*bottom-up*) e estaduais (*top-down*) foi possível através dos planos de metas e das arenas de discussão coletiva onde participam representantes dos governos locais, OSC e sociedade civil.

No estado do Mato Grosso, o PMS inseriu o novo paradigma através da governança socioambiental através da ampliação e fortalecimento da governança multinível, que consiste em: (1) Estreitamento das decisões horizontais (instituições locais e instituições estaduais) para a agenda socioambiental comum (três eixos do PMS); (2) Estreitamento das decisões *bottom-up* e *top-down* através dos planos de metas e arenas de discussão e tomada de decisão coletivas. A convergência entre estas ações pretende reduzir os níveis de desmatamento na Amazônia Mato-grossense a médio e longo prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de governança multinível do PMS pretende trazer o governo local e estadual, sociedade civil e instituições numa arena de negociação coletiva para agenda socioambiental comum baseada nos três eixos do PMS. Este modelo pode contribuir para o fortalecimento da agenda socioambiental no estado do Mato Grosso em direção a redução do desmatamento da Amazônia.

REFERÊNCIAS

BASURTO, X. Linking multi-level governance to local common-pool resource theory using fuzzy-set qualitative comparative analysis: insights from twenty years of biodiversity conservation in Costa Rica. **Global Environ Change**, v. 23, p.573–587, 2013.

BERKES, F. From community-based resource management to complex systems: the scale issue and marine commons. **Ecol Soc**, v. 11, n. 1, p.45, 2006.

BISARO, A., Hinkel, J., Kranz, N. Multilevel water, biodiversity and climate adaptation governance: evaluating adaptive management in Lesotho. **EnvironSci Policy**, v. 13, p.637–647, 2010.

NEVES, E. O processo de Municipalização da estratégia de prevenção e combate ao desmatamento na Amazônia: estudos de caso sobre Municípios Integrantes da Lista de Municípios Prioritários do Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.prpa.mpf.mp.br/Relatorio%20Processo%20Municipalizacao%20Prevencao%20e%20Controle%20Desmatamento%20Amazonia%202014.pdf>> Acesso em: 27 de julho de 2016.

NEVES, E. Política ambiental, municípios e cooperação intergovernamental no Brasil. **Estudos avançados**, v. 26, n. 74, p. 137-150, 2012.

SCHRÖTER, B., Sessin-Dilascio, K., Meyer, C., Matzdorf, B., Sattler, C., Meyer, A., Giersch, G., Jericó-Daminello, C., Wortmann, L. Multi-level governance through adaptive co-management: conflict resolution in a Brazilian state park. **Ecological Processes**, v. 3, n. 6, 2014.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005.